



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000391849

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1014440-41.2024.8.26.0196, da Comarca de Franca, em que é apelante BERNADETE REGINA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO AGIBANK S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente sem voto), INAH DE LEMOS E SILVA MACHADO E MARCOS DE LIMA PORTA.

São Paulo, 23 de abril de 2025.

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 3.539

APELAÇÃO Nº 1014440-41.2024.8.26.0196

APELANTE: Bernadete Regina da Silva

APELADA: Banco Agibank S/A

COMARCA: Franca

JUÍZA: Milena de Barros Ferreira

Apelação Cível. Contratos bancários. Empréstimo pessoal não consignado. Juros. Ação revisional. Sentença de improcedência. Apelação da consumidora. Juros remuneratórios supostamente abusivos. Diferença entre taxa contratada e taxa média do mercado insuficiente para caracterizar abusividade. Ausência de prova de que os juros contratados por terceiros em situações semelhantes sejam muito inferiores à taxa impugnada (tema 27 do STJ). Abusividade da taxa de juros não demonstrada. Recurso da consumidora não provido.

Vistos.

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por Bernadete Regina da Silva em face da sentença que julgou sua ação revisional ajuizada contra o Banco Agibank S/A.

A parte autora contratou empréstimo com a parte ré e alega que a taxa de juros pactuada é muito superior à média do mercado e, portanto, abusiva. Ajuizou esta ação buscando a redução dos juros à média do mercado e a condenação da parte ré no ressarcimento do valor pago a maior, bem como reparação por dano moral.

O Juízo julgou a ação improcedente (fls. 176/180), por entender válida a taxa de juros impugnada, dado que as instituições financeiras têm direito a cobrar juros acima de 12% ao ano (súm. 596/STF) e a parte autora não comprovou que o percentual pactuado excede os valores praticados comumente no mercado. A parte autora foi condenada nos ônus sucumbenciais e os honorários foram fixados em 20% do valor da causa.

A parte autora apelou (fls. 182/190), reiterando as razões da inicial e insistindo nos seus pedidos. Requer o provimento do recurso para que a sentença seja reformada e a ação seja julgada procedente.

Recurso tempestivo.

A parte autora conta com gratuidade e está dispensada de recolher preparo (fls. 31).

Contrarrazões em fls. 197/210.

Não houve oposição ao julgamento virtual.

Autos remetidos a este Núcleo de Justiça em 2º Grau em 20/02/2025 (fls. 211).

É O RELATÓRIO.

O recurso não merece provimento.

A legislação e a jurisprudência garantem ampla liberdade de fixação de taxa de juros às instituições financeiras, as quais não se submetem à Lei da Usura (súm. 596 do STF) e podem exigir percentuais superiores a

12% ao ano (súm. 382 do STJ), bem como capitalização de juros (temas 246 e 247 do STJ).

No julgamento do [tema 27](#), o STJ fixou o seguinte entendimento relativo ao aparente conflito entre a liberdade das instituições financeiras de fixar taxas de juros e o direito do consumidor contra práticas abusivas:

“É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto”.

([REsp 1.061.530/RS](#), Rel. Min. Nancy Andrighi, 2ª Seção, j. em 22/10/2008, g. n.).

Mais especificamente quanto à abusividade, o STJ já teve oportunidade de esclarecer que o mero fato de os juros remuneratórios contratados serem superiores à média do mercado *não* ofende direito do consumidor, cuja configuração depende de uma série de circunstâncias:

3. Prevaleceu o entendimento de que a taxa média de mercado apurada pelo Banco Central para cada segmento de crédito é referencial útil para o controle da abusividade, mas o simples fato de a taxa efetiva cobrada no contrato estar acima da taxa média de mercado não significa, por si só, abuso. Ao contrário, a média de mercado não pode ser considerada o limite, justamente porque é média; incorpora as menores e maiores taxas praticadas pelo mercado, em operações de diferentes níveis de risco. Foi expressamente rejeitada a possibilidade de o Poder Judiciário estabelecer aprioristicamente um teto para taxa de juros, adotando

como parâmetro máximo o dobro ou qualquer outro percentual em relação à taxa média.

4. O caráter abusivo da taxa de juros contratada haverá de ser demonstrado de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, levando-se em consideração circunstâncias como o custo da captação dos recursos no local e época do contrato; o valor e o prazo do financiamento; as fontes de renda do cliente; as garantias ofertadas; a existência de prévio relacionamento do cliente com a instituição financeira; análise do perfil de risco de crédito do tomador; a forma de pagamento da operação, entre outros aspectos.

(REsp n. 1.821.182/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4ª T., j. em 23/06/2022, g. n.)

A verificação de abusividade depende da análise do contexto do negócio, pois um consumidor com renda variável e histórico de várias negativas tende a oferecer mais risco de inadimplência do que outro, com renda fixa e sem qualquer restrição na praça, justificando-se que os juros cobrados do primeiro sejam maiores do que os juros exigidos do segundo.

No caso sob análise, a parte autora limitou-se a comparar a taxa cobrada (9,49% ao mês, item IV.5, fls. 164) com a taxa média do mercado (5,67% a. m., fls. 181), o que não é suficiente para comprovar abusividade, como apontado acima.

Além disso, a parte autora não provou que as instituições financeiras tenham cobrado juros muito inferiores de outros clientes *em circunstâncias semelhantes às suas*. É dizer, não foi demonstrado que, em operações parecidas, consumidores com o mesmo perfil de risco da parte autora tenham obtido juros menores, concluindo-se pela ausência de prova de abusividade.

Assim, a sentença deve ser mantida em seus próprios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

fundamentos.

Os honorários já foram fixados no percentual máximo e não devem ser aumentados. A obrigação de arcar com a sucumbência fica suspensa enquanto a parte autora for beneficiado pela gratuidade judiciária.

A oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com efeitos infringentes dará ensejo à imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Considera-se prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional discutida, evitando-se, com isso, oposição de embargos de declaração para este fim (Súmulas nº 211 do Superior Tribunal de Justiça e nº 282 do Supremo Tribunal Federal).

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO.**

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator